

PROVA DISCURSIVA - PROFISSIONAL BÁSICO  
FORMAÇÃO: DIREITO  
(2ª FASE)

**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 01** - Você recebeu do fiscal o seguinte material:
- a) este Caderno, com o enunciado das 5 questões de Conhecimentos Específicos da Prova Discursiva, valendo 10,0 (dez) pontos cada questão.
  - b) **1 CADERNO DE RESPOSTAS** para o desenvolvimento das questões discursivas, grampeado a um **CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO**.
- 02** - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO**. Caso contrário, notifique o fato **IMEDIATAMENTE** ao fiscal.
- 03** - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO**, a caneta esferográfica transparente preferencialmente de tinta na cor preta.
- 04** - As questões discursivas deverão ser respondidas, no **CADERNO DE RESPOSTAS**, utilizando caneta esferográfica transparente preferencialmente de tinta na cor preta.
- 05** - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO SOMENTE** poderá ser substituído caso esteja danificado em suas margens superior ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.
- 06** - **SERÁ ELIMINADO** desta Seleção Pública o candidato que:
- a) se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;
  - b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO** grampeado ao **CADERNO DE RESPOSTAS**.
- Obs.** O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **60 (sessenta) minutos** contados a partir do efetivo início das mesmas. Por motivo de segurança, o candidato só poderá levar o **CADERNO DE QUESTÕES** da Prova Discursiva, se permanecer dentro da sala até **60 (sessenta) minutos** antes do horário estabelecido para o encerramento das provas.
- 07** - Quando terminar, entregue ao fiscal **O CADERNO DE QUESTÕES**, ressalvado o disposto na **Obs.** do item 06, e o **CARTÃO** grampeado ao **CADERNO DE RESPOSTAS** das questões discursivas e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.
- 08** - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTA PROVA DE QUESTÕES DISCURSIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS.**
- 09** - As questões da Prova Discursiva estarão disponíveis, no primeiro dia útil após a realização das mesmas, no endereço eletrônico do **BNDES (www.bndes.gov.br)** e da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO (http://www.cesgranrio.org.br)**.

## QUESTÕES DISCURSIVAS

### Questão nº 1

De acordo com o que dispõe o art. 62 da Constituição Brasileira, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de Lei.

O Presidente da República editou as medidas provisórias X e Y, sendo que a medida provisória X modifica uma Lei complementar federal que dispõe sobre matéria constitucional. Todavia, não reservou a Lei complementar, e a medida provisória Y estabelece algumas normas gerais em matéria de legislação tributária (nos termos do art. 146, III, CRFB), modificando artigos do Código Tributário Nacional.

Diante desse quadro,

- a) explique os conceitos de inconstitucionalidade formal e inconstitucionalidade material, e, em seguida, avalie a constitucionalidade das medidas provisórias X e Y.

(valor: 6,5 pontos)

RASCUNHO

**Questão nº 1 (continuação)**

- b) apresente a posição do STF a respeito de um processo judicial no qual a inconstitucionalidade (formal/material) da medida provisória X é posta em questão por não ser urgente ou relevante.

**(valor: 3,5 pontos)**

RASCUNHO

## QUESTÕES DISCURSIVAS

### Questão nº 2

A respeito dos consórcios públicos, disciplinados pela Lei nº 11.107/2005,

- a) apresente discussão doutrinária acerca da impossibilidade legal de a União Federal participar de consórcio público exclusivamente com municípios.

(valor: 5,0 pontos)

RASCUNHO

- b) explique o controle externo contábil, patrimonial e operacional a que se sujeitam, na forma do artigo 71 da CRFB.

(valor: 5,0 pontos)

RASCUNHO

**Questão nº 3**

É juridicamente possível que, em procedimento licitatório, a Administração Pública estenda os efeitos decorrentes de uma sanção de inidoneidade aplicada à sociedade ABC para inabilitar a sociedade XYZ, que tem exatamente o mesmo objeto social, mesmos sócios e mesmo endereço daquela sociedade declarada inidônea? Fundamente sua resposta.

**(valor: 10,0 pontos)**

RASCUNHO

**Questão nº 4**

O BNDES, portando título de crédito vinculado a contrato de financiamento de longo prazo, diante do não pagamento de prestações avençadas, obedecendo à cláusula contratual, propõe ação de execução, lastreada em título executivo extrajudicial, distribuindo a petição inicial ao Juízo da Comarca de Gurupi/TO, sede da pessoa jurídica M e M Ltda., bem como dos sócios Caio e Tício, estes avalistas do título. O Município de Gurupi não é sede de Vara Federal. Regularmente citados, os réus, através dos seus advogados, aduzem, no bojo da contestação, a incompetência do Juízo e indicam o Juízo de uma das Varas Federais do município da capital do Estado do Rio de Janeiro, vinculado à Seção Judiciária do Rio de Janeiro, como competente para o exame do processo, tendo em vista ser foro de eleição contratual.

A partir do exposto, analise as questões processuais, por meio de apresentação dos dispositivos legais incidentes.

**(valor: 10,0 pontos)**

RASCUNHO

**Questão nº 5**

Uma empresa propôs aos seus credores recuperação extrajudicial em 15 de janeiro de 2010, solicitando a homologação judicial 2 (dois) meses depois, com a assinatura de 2/3 (dois terços) das dívidas com credores trabalhistas e 3/5 (três quintos) das dívidas com credores quirografários. Esse pedido foi acompanhado do respectivo plano de recuperação, nos mesmos moldes do que havia sido concedido em dezembro de 2008 pelo mesmo Juízo. O procedimento adotado pela empresa teve como principal finalidade afastar qualquer possibilidade de pedido de falência, bem como priorizar o recebimento dos créditos que estavam vencidos em detrimento dos vincendos, caso a falência fosse decretada. Considerando esses dados, emita sua opinião legal, de maneira fundamentada, com base no pedido formulado pela empresa, à luz do ordenamento jurídico em vigor.

**(valor: 10,0 pontos)**

RASCUNHO